

Entrevista com Diana Ferreira, deputada do Partido Comunista Português:

# “O Estado Central tem de reforçar o investimento e a disponibilidade de meios humanos na área das toxicodependências”



**Por que eleger o PCP a temática das dependências como um dos problemas na ordem do dia?**

**Diana Ferreira (DF)** – O que entendemos do ponto de vista desta realidade é a necessidade de fazer uma intervenção no âmbito social, que permita tanto o combate às toxicodependências, como também garanta a todas as pessoas que por algum motivo se encontram nessa situação a possibilidade de retomar a sua vida de acordo com as escolhas que fizerem. E, principalmente, que possam ter do ponto de vista social o seu acolhimento no sentido de uma reintegração na sociedade e a promoção da autonomia individual para construir a sua própria vida. Isto, naturalmente, exige uma grande responsabilidade do Estado, seja nas questões da prevenção – que passa muito pelo esclarecimento e pela acessibilidade da informação generalizada, o que está ainda longe da realidade atual, pese embora os muitos passos positivos que já demos – seja também no tratamento e no acompanhamento de todos aqueles que se encontram em situação de dependência. A propósito, além destas questões da prevenção e do tratamento, não podemos deixar de assinalar todo um processo bastante significativo no nosso país no combate, na prevenção e na redução de danos, o que torna o nosso país um exemplo a nível internacional.

**Há cerca de oito anos, o governo de então decidiu extinguir o IDT e criar o SICAD... hoje, temos problemas muito sérios face ao recrudescimento da problemática... Ponderam apresentar alguma iniciativa relacionada com o contexto atual no Parlamento?**

**DF** – Nós já tivemos uma iniciativa legislativa exatamente no sentido de retomar aquele que foi o IDT... aliás, o PCP manifestou-se na altura contra a extinção e o espartilhar do IDT por uma série

de instituições, o que significou a ausência de um fio condutor em todo o processo do acompanhamento e recuperação dos indivíduos em situação de toxicodependência. A realidade veio a confirmar o que o PCP disse na altura, constatando-se o esperado retrocesso face a um conjunto de avanços muito positivos que vínhamos tendo no país. Entendemos que o Estado tem que garantir todos os meios: humanos, materiais e financeiros, para garantir que há efetivamente uma prevenção e combate às toxicodependências e o necessário acompanhamento e reinserção do ponto de vista social. Já no passado apresentámos esse projeto e essa não será uma matéria longe da nossa reflexão.

**O retrocesso de que fala relativamente às políticas também tem tido reflexos ao nível das ideias e conceitos. Recentemente, ouvimos o presidente da Câmara Municipal do Porto incentivar uma espécie de perseguição e criminalização a dependentes em vez de procurar oferecer respostas sociais e de saúde...**

**DF** – Também é da autoria do PCP a lei que descriminaliza o consumo de drogas, na altura um passo bastante importante no sentido encararmos a pessoa em situação de toxicodependência não como um criminoso mas como alguém que carece de um acompanhamento e uma intervenção para poder beneficiar do tratamento e da reinserção social necessária. Naturalmente, não podemos acompanhar conceções que pretendem voltar a criminalizar aqueles que até já são várias vezes atingidos nas suas vidas sociais, familiares e económicas por um conjunto de outras situações. Ou seja, são já vítimas de uma série de situações e, a seguir, são criminalizados por serem vítimas dessas mesmas situações. Entendemos que tem de ser feito um investimento do Estado Central até para garantir o fio condutor em todo o país no sentido da prevenção, do tratamento, da redução de danos e da reinserção social, devendo ser garantidos os necessários meios humanos e financeiros a todas as instituições públicas que aqui trabalham. O fim do IDT também significou em muitos aspetos o desaparecimento de muitos meios humanos que, antes, garantiam um conjunto de respostas e de intervenções sociais e que neste momento estão muito reduzidas e até distribuídas por um conjunto de outras entidades que não públicas. Temos colocado há vários anos a necessidade de se proceder a um reforço de meios em vários setores da saúde e também na área das toxicodependências porque estamos a falar de uma área que exige efetivamente disponibilidade de meios humanos para se poder fazer um acompanhamento, seja ao indivíduo, seja à família e ao contexto social em que se insere. Naturalmente, não podemos estar à espera de conseguir prosseguir uma política de prevenção, de tratamento, de recuperação e de reinserção se, a seguir, não alocarmos a essas mesmas políticas todos os meios necessários que as entidades públicas têm de ter para darem resposta a todos aqueles que a procuram. Naturalmente, a necessidade de reforço do investimento e do reforço dos meios humanos é uma questão que temos colocado em vários momentos e que não deixaremos de colocar de futuro.